

EMPREGO E TRABALHO DO PÓS-SEGUNDA GUERRA À CRISE DEFLAGRADA PELA FALÊNCIA DO SUBPRIME

Fernando Augusto Mansor de Mattos¹

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir como as mudanças ocorridas na ordem econômica internacional, desde 1945, afetaram o comportamento dos mercados de trabalho dos países desenvolvidos. A literatura sobre o tema registra, basicamente, dois períodos históricos com características bastante distintas. Em um primeiro período, dos 25 anos posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial, o pleno emprego foi colocado como o principal objetivo da política econômica elaborada nos países capitalistas. Esse período foi marcado pelo cenário da Guerra Fria e da constituição dos Estados de Bem-Estar Social, sob um ambiente financeiro internacional delimitado pelas regras que haviam sido definidas em Bretton Woods. Um segundo período tem início em meados dos anos 1970, consolidando-se a partir dos anos 1980, quando passa a ocorrer um processo de desregulamentação da ordem econômico-financeira internacional que havia sido elaborada no pós-segunda guerra, em ambiente marcado pela crescente adoção de medidas de política econômica de cunho neoliberal na maioria dos países. Nesse contexto, também os mercados de trabalho sofreram um

¹ Professor e pesquisador da Faculdade de Economia da UFF (Universidade Federal Fluminense). Mestre e doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP. E-mail: fermatt1@hotmail.com

processo de desregulamentação, que resultou em um movimento geral de crescente degradação do Trabalho em suas mais diversas dimensões.

Palavras-chave: Emprego. Trabalho. Crise econômica. Neoliberalismo.

Abstract

The objective of this article is to discuss how the changing in the world economic order, since 1945, affected the labor market in the developed countries. During the 25 years after the end of the Second World War, full employment had been the main objective of the economic policies in the great majority of the capitalist countries. Since the mid-seventies, however, the hegemonic economic thought changed the way these authorities applied the economic policy. The State action became increasingly more devoted to the deregulation of financial markets, and also to the liberalization of the labor markets. The result has been the degradation of Labor in a comprehensive sense.

Keywords: Employment. Work. Economic crisis. Neoliberalismo.

“Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.”
(Artigo XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos; 1948)

Introdução

A maneira pela qual a questão do trabalho e em especial o objetivo de geração de emprego foram contemplados pela execução de políticas econômicas nos países capitalistas desenvolvidos sofreram significativas alterações ao longo do século XX, acompanhando as mudanças ocorridas nas escolas de pensamento econômico que se tornaram hegemônicas em cada momento histórico.

A ordem financeira e econômica internacional do imediato pós-II guerra mundial e dos cerca de 25 anos que sucederam o encerramento dos conflitos favoreceu a adoção de políticas econômicas que tinham como meta principal atingir o pleno emprego. Nesse contexto, também se tornaram presentes normas de atuação estatal em prol de políticas sociais redutoras das desigualdades existentes nas sociedades capitalistas desenvolvidas. Nos países da periferia do capitalismo, aquele momento histórico e o ambiente internacional então vigentes deixaram razoável

margem de manobra para a adoção de políticas desenvolvimentistas e para expansão de estruturas industriais, contrastando com o que havia vigorado até o entre-guerras, sob a vigência do padrão-ouro na maioria dos países.

Para que se concretizasse a situação de pleno emprego e redução das desigualdades de renda e de riqueza, nos países capitalistas desenvolvidos, teve papel fundamental a situação peculiar dos chamados Anos Dourados do Capitalismo (1945-1973) – em que se destaca, especialmente, o cenário da Guerra Fria e seus desdobramentos geopolíticos. As autoridades dos organismos financeiros internacionais, naquele momento histórico, tiveram uma postura mais condescendente com relação à atuação dos Estados Nacionais em favor de políticas distributivas. Naquele contexto, o controle dos movimentos de capitais, especialmente os financeiros, era praticado na maior parte dos países, desenvolvidos ou não. A forma de funcionamento do sistema monetário e financeiro internacional diferiu muito, então, em comparação ao que ocorreria nas décadas seguintes. A partir de meados dos anos 70, e em especial após a “revolução conservadora” deflagrada pelas eleições de Thatcher e de Reagan, foram crescentemente desenvolvidas normas de desregulamentação dos mercados nacionais, culminando com um cenário de elevada liberdade para os movimentos de capitais e de surgimento de práticas e “produtos” que impulsionaram a acumulação do capital fora das esferas de valorização produtiva. O longo processo que permitiu essas mudanças, bem como os elementos históricos e ideológicos que as animaram, também teve efeito na maneira pela qual a questão do Trabalho e do Emprego acabou sendo tratada nos anos mais recentes.

A epígrafe anterior é cristalina acerca da importância que a Declaração Universal dos Direitos Humanos atribuiu ao Trabalho, em seu sentido mais amplo, ou seja, enquanto atividade social e ao Emprego, especificamente, enquanto forma de garantir a sobrevivência digna da pessoa humana. Tal documento foi elaborado no contexto do pós-segunda guerra mundial, quando a Humanidade vivia um momento de exceção, marcado pela derrota do nazismo e por um consenso em favor da redefinição de novos parâmetros de intervenção estatal nas atividades econômicas e nas relações políticas nacionais e internacionais, como forma de evitar a repetição dos horrores vividos pela Segunda Guerra e da Depressão Econômica que marcara o entre-guerras na maioria dos países.

Desde a deflagração da crise de 1929 (cujo momento de menor nível da atividade econômica deu-se, na verdade, em 1933, tanto nos EUA quanto em vários países europeus), a ação estatal em relação à definição dos principais objetivos de política econômica havia mudado significati-

vamente, em comparação aos parâmetros que a tinham norteado durante o Liberalismo da virada do século XIX para o século XX, e também, nos primeiros anos do século XX. A partir dos anos 1930, distintas modalidades de ação estatal não-liberal foram adotadas nos diferentes países, sendo possível citar duas situações antípodas (de um lado, o New Deal, nos EUA, e, de outro, as formas de atuação do Estado na definição da política econômica sob o Nazismo alemão²), entre tantas outras.

No momento atual (novembro de 2012), assiste-se também a uma situação de crise que, segundo muitos pensadores contemporâneos, é a mais profunda crise capitalista desde a que se iniciou em 1929. As dificuldades que as autoridades econômicas europeias vêm encontrando para superá-la, bem como as perspectivas de que, também nos EUA, a retomada do crescimento econômico sustentado parece estar colocada em um horizonte distante, sugerem que as medidas tomadas até então não têm sido suficientes para reverter as expectativas dos agentes econômicos.

Este ensaio não pretende fazer uma discussão sobre os determinantes da crise atual, nem mesmo avaliar as medidas que vêm sendo colocadas em prática para o seu enfrentamento. Pretende-se apenas chamar atenção para o fato de que, em linhas gerais, os principais objetivos das decisões de política econômica que vêm sendo adotadas visam notadamente ao enfrentamento dos problemas fiscais nos países envolvidos, conforme tem sido explicitado nas exigências que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e União Europeia vêm fazendo para os países europeus periféricos, nomeadamente Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha.³ O ideário que anima os determinantes principais da política econômica sugerida aos países com problemas de balanço de pagamentos e/ou fiscais, não coloca a recuperação dos níveis de emprego como uma meta primordial (o que se supõe é que os níveis de emprego seriam recuperados após serem concretizadas as medidas de “austeridade fiscal” exigidas destes países), incorrendo em erro que vem sendo sistematicamente repetido desde que o pensamento e as práticas de política econômica neoliberais tornaram-se hegemônicos nos países desenvolvidos. Nesse sentido, fica clara a diferença entre o momento atual (e das décadas de 1980 em diante) e

2 Sobre a política econômica sob o nazismo, ver: Schacht (1999). Sobre o cenário social e econômico que permitiram a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha, para a constituição do Terceiro Reich, ver: Evans (2010). Sobre o cenário econômico e as políticas econômicas adotadas por diferentes países nos anos 1920 e 1930, ver: Mazzucchelli (2009) e Limonic e Martinho (Org.) (2009).

3 Para uma análise atual e muito acurada acerca dos determinantes da crise e as perspectivas do Euro, ver: Gontijo (2012). Especificamente para uma discussão mais ampla, acerca da crise do capitalismo mundial (e suas repercussões sobre o Brasil), ver: Filgueiras (2012).

as condições que nortearam, no pós-II guerra, a formatação da política econômica e da construção social, baseadas na constituição dos sistemas nacionais de Welfare State e na garantia de Direitos Sociais conquistados e consolidados pela Legislação (Direito ao Trabalho, políticas de transferência de renda, medidas institucionais de combate à pobreza e à exclusão etc.).

O objetivo deste artigo, qual seja, o de descrever os efeitos das mudanças (desde 1945 até os dias atuais) da ordem econômica e financeira mundial sobre a situação do Trabalho e do Emprego nos países desenvolvidos, poderia ser também compreendido como uma avaliação da forma pela qual as autoridades econômicas nacionais e as instituições multilaterais alteraram sua postura em relação ao Mundo do Trabalho, tornando-se cada vez mais distantes dos ideais que haviam animado a formulação de políticas econômicas e sociais do período do imediato pós-II GM, período em que o pleno emprego estava colocado como o principal objetivo da política econômica elaborada nos principais países capitalistas.

Para tanto, pretende-se dividir o artigo em duas seções, além desta introdução e de uma breve conclusão. Na primeira seção, pretende-se analisar a peculiaridade histórica representada pelos chamados Anos Dourados do Capitalismo, destacando como aquele contexto favoreceu a adoção de políticas econômicas que levaram ao pleno emprego e também a uma construção social marcada pela redução das desigualdades e pela regulação da atividade econômica. Na segunda seção, pretende-se descrever, com a apresentação de alguns dados, como as mudanças no cenário financeiro internacional permitiram a ascensão do neoliberalismo, destacando como sua hegemonia ideológica alterou as configurações do chamado mundo do trabalho, em suas diversas dimensões.

Anos Dourados e Seus Condicionantes

Hobsbawm (1995), notadamente nos capítulos 8 e 9, destacou os condicionantes da excepcionalidade histórica dos chamados Anos Dourados do capitalismo, mostrando como a construção “sociopolítica” do período veio acompanhada não apenas de um crescimento econômico sem precedentes, como também de uma fase em que as desigualdades de renda e de riqueza se reduziram como em nenhuma outra época da História do Capitalismo.

Esta configuração peculiar do cenário econômico e político do período traduziu-se em um processo de estruturação dos mercados de trabalho nos principais países desenvolvidos (MATTOS, 2009b; MATTOSO, 1995), entendida como o processo de aumento da participação das relações de

trabalho assalariadas no conjunto da ocupação. Mais do que isso, os respectivos mercados de trabalho atingiram níveis próximos do pleno emprego (KAPSTEIN, 1999) na maioria dos países desenvolvidos. Os dados da Tabela 1 sintetizam os processos de estruturação dos mercados de trabalho de países selecionados, bem como a melhoria de seus perfis distributivos. Vale lembrar que a ampliação do peso relativo e do volume do assalariamento representa o movimento primordial que deu lastro ao financiamento dos sistemas nacionais de bem-estar social, ou seja, os Estados de Bem-Estar Social nos países europeus desenvolvidos e também nos EUA.⁴

TABELA 1 - Distribuição Funcional da Renda Nacional e composição da força de trabalho Entre meados do Século XIX e meados do Século XX, por países e períodos selecionados

Participação na renda nacional (em percentuais)				
Anos e Países	Remuneração de trabalhadores e empregados	Renda de empresários e de trabalhadores autônomos	Renda de ativos	Participação de empresários e de autônomos na força de trabalho
R. UNIDO				
1860-9	47	17	36	13
1905-14	47	16	37	13
1920-9	59	15	26	10
1954-60	70	9	21	6
FRANÇA				
1853	36	46	18	36
1911	44	32	24	33
1920-9	50	29	21	30
1954-60	59	29	12	27
ALEMANHA				
1895	39	45	16	26
1913	47	35	18	21
1925-29	64	26	10	19
1954-60	60	22	18	16
EUA				

4 Embora nos EUA o termo não se aplique de forma tão nítida, o raciocínio vale igualmente, pelo fato de que a expansão dos gastos sociais e do emprego público, ocorrida a partir dos anos 50 e 60 (Bastos e Mattos, 2012), foi financiada com certa facilidade pelo Estado e pelos setores privados em ambiente de crescimento econômico, ampliação do emprego assalariado e aumento da arrecadação.

Anos e Países	Remuneração de trabalhadores e empregados	Renda de empresários e de trabalhadores autônomos	Renda de ativos	Participação de empresários e de autônomos na força de trabalho
1899-1908	54	24	22	29
1919-1928	58	18	24	22
1929	58	17	25	21
1954-60	69	12	19	15

Fonte: Kuznets, *Modern Economic Growth*, apud Van der Wee (1987).

Foi na década de 1950, que a temática do desenvolvimento econômico se consolida como um campo específico da chamada ciência econômica. (BASTOS; BRITTO, 2010) O contexto que animou o surgimento da teoria do desenvolvimento foi o mesmo que colocou explicitamente o objetivo de pleno emprego como a principal meta da política econômica, tanto nos países desenvolvidos como também nos países da periferia do capitalismo (ou, na época, mais comumente chamados de subdesenvolvidos).

Os autores envolvidos nas teorias do desenvolvimento⁵ procuravam avaliar como seria possível superar o subdesenvolvimento que acometia a maior parte dos países do mundo, legando as suas mazelas peculiares: falta de perspectivas profissionais para a maioria dos cidadãos desses países, pobreza, desigualdade na distribuição de renda, problemas na infraestrutura urbana, concentração fundiária, super-exploração da mão-de-obra, trabalho indigno, diversas formas de violência (econômica, social, psicológica – como, por exemplo, a discriminação racial).

Ao tratar do subdesenvolvimento e de formas de sua superação, os autores da Teoria do Desenvolvimento estavam, em última instância, tratando também de Emprego e Trabalho.

A novo ambiente intelectual não se notava apenas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, por parte da ONU, mas também, por exemplo, pelo fato de a própria ONU e o governo dos EUA terem declarado, em documento conjunto, apenas alguns anos depois da promulgação

⁵ Todos eles eram funcionários da ONU ou de aparelhos estatais de governos de países importantes e reconheciam a necessidade de políticas ativas, com participação do ESTADO, para que o catch-up pudesse ser realizado nos países de economia dual, ou seja, para que nestes países o PIB per capita pudesse crescer mais do que a média do crescimento deste indicador no conjunto de países desenvolvidos (Bastos e Britto, 2010). Os trabalhos mais conhecidos de alguns dos principais autores da Teoria do Desenvolvimento estão reunidos em livro organizado por Agarwala, A. N. e Singh, S. P (Org.) (1969). Ver também: Bastos e D'Ávila (2009) e Bastos e Britto (2010).

da DUDH, que a década de 1960 seria a “década do desenvolvimento”, conforme sublinham Bastos e Britto (2010).

Celso Furtado (2000) resume o momento histórico e a hegemonia ideológica que então animavam os debates econômicos daquela época excepcional. Para ele, a superação do subdesenvolvimento não se resumia a um problema econômico, sendo necessária uma ação direta e coordenada dos Estados Nacionais no sentido de formular políticas que pudessem alterar aquelas estruturas das economias duais – ou seja, as economias subdesenvolvidas, nas quais convivia um setor moderno e capitalista ao lado de um setor arcaico em sua organização produtiva, atrasado tecnologicamente e de baixa produtividade da mão de obra. Furtado (2000) reprovou os modelos econômicos neoclássicos – que procuram explicar o desenvolvimento como um fenômeno eminentemente técnico e que, portanto, não consideram, em suas formulações, as relações sociais e de classe existentes nas sociedades capitalistas. Ainda segundo Furtado (2000), os modelos neoclássicos falham ao não considerar o elemento histórico presente no processo de desenvolvimento econômico. É esta dimensão histórica que explica em última instância, segundo Furtado, o processo de acumulação, seus condicionantes e que explica as diferenças entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Nas obras de todos os autores da teoria do desenvolvimento havia um reconhecimento da importância do papel dos Estados Nacionais para viabilizar o impulso inicial para o desenvolvimento industrial e, no limite, para a geração de empregos. O reconhecimento do papel do Estado Nacional decorria das próprias mudanças sociais e econômicas provocadas pela guerra e determinadas pelas circunstâncias que marcaram o período do pós-guerra. Basta lembrar que, durante a Segunda Guerra Mundial, os governos dos países direta ou indiretamente envolvidos nos conflitos lançavam mão, largamente, de ações no sentido de controle de preços, racionamentos, restrições quantitativas, intervenções nos padrões de produção etc. Em uma palavra: intervenção do Estado na economia.

Estados Nacionais – única instituição capaz de reunir recursos financeiros e de coordenar ações no sentido de recolocar em funcionamento a estrutura física nas cidades e nas fazendas, bem como de criar laços de sociabilidade entre as pessoas, o que incluía tarefas complexas como, por exemplo, definir padrões monetários nacionais, organizar sistemas de distribuição de alimentos e demais produtos necessários à sobrevivência das pessoas, e mais tarde, constituir sistemas previdenciários e Estados de Bem-Estar Social. Ademais, o contexto da Guerra Fria (rivalidade entre

EUA e URSS em disputa ideológica sobre qual seria o melhor sistema econômico e político) estimulou, por parte dos EUA, uma postura mais condescendente (HOBBSAWM, 1995) com relação aos seus aliados, no sentido de fomentar a retomada do crescimento industrial em diversos países (Alemanha, Japão, e, mais tarde, na Coreia do Sul e outros países asiáticos), incluindo também proteção militar e medidas de ajuda econômica (Plano Marshall), assim como tolerância com políticas protecionistas de seus aliados e não só aceitação como também incentivo a que eles colocassem os respectivos Estados Nacionais a serviço de políticas ativas de industrialização (DE CECCO, 1999), o que incluía políticas comerciais e de absorção de desenvolvimento tecnológico. O objetivo americano, obviamente, não era na verdade de “ajudar” países mais atrasados, mas de evitar que muitos deles viessem a, de alguma maneira, aderir ao bloco soviético (ou, pelo menos, eleger governos de coalizão de que participassem partidos socialistas e/ou comunistas, que gozavam de grande prestígio na Europa Ocidental do imediato pós-guerra, conforme destaca Hobsbawm, 1999). Tratava-se, pois, de uma postura colaborativa por parte dos EUA com nítidos interesses geopolíticos e ideológicos.

As reminiscências das medidas tomadas por Roosevelt para tirar os EUA da Grande Depressão (adoção do New Deal)⁶ e a constatação de que a URSS e alguns de seus países satélites logravam, então, êxito,⁷ em termos de desenvolvimento econômico, a partir da adoção de medidas típicas de economias planificadas, consolidavam a aceitação e até mesmo a defesa da atuação dos Estados Nacionais nos países desenvolvidos e também nos chamados países “em desenvolvimento” (na verdade, subdesenvolvidos) como forma de promover a industrialização, o desenvolvimento econômico e a geração de empregos.

6 De modo geral, as medidas tomadas pelo New Deal, além da ampliação dos gastos públicos, foram: (a) regulação do mercado financeiro; (b) ao lado da expansão dos gastos públicos, também uma ampliação das atividades de supervisão das atividades econômicas pelo Estado; (c) aumento da regulamentação do mercado de trabalho (redução de jornada de trabalho e leis dificultando novas demissões) e dos mercados de produtos (com recurso, inclusive, a tabelamento e/ou controle de preços, inclusive, mas não só, durante o período da segunda guerra); (d) incentivo – inclusive de forma explícita, por parte de Roosevelt, em seus discursos e declarações públicas – à sindicalização dos trabalhadores; (e) incentivo às contratações coletivas de trabalho. Sobre os dois últimos pontos, especialmente, conferir Cf. Limonic (2009). Sobre o ambiente econômico e político que animou a adoção do New Deal, ver, entre outros, Minsky (1994); Mazzucchelli (2009) e Belluzzo (1993; 1996; 1998).

7 Basta lembrar, por exemplo, que no período entre 1929 e 1933, o Produto Nacional Bruto per capita cresceu, em média anual, cerca de 2% na URSS, enquanto caía (também em média anual) cerca de 9% nos EUA e também assumia valores negativos nos principais países europeus ocidentais; tomando-se um período mais largo, como, por exemplo, o período 1929-1940, a taxa média anual de crescimento da produção nacional na URSS foi de 4%, enquanto ficou próxima de zero nos EUA e em valores bastante baixos nos principais países europeus ocidentais.

Do ponto de vista da teoria econômica, a nova hegemonia se voltava em favor do chamado consenso keynesiano. Keynes (1936, [1988]),⁸ ao formular o Princípio da Demanda Efetiva, questionava a ideia de tendência automática ao pleno emprego que faz(ia) parte das formulações neoclássicas. Para ele, o pleno emprego não representava uma situação “natural” da economia capitalista, mas apenas uma possibilidade. É por isso que Keynes apregoava que, em momentos de retração da atividade econômica, caberia ao Estado prover a demanda necessária para recuperar o nível de produção do setor privado, e/ou gerar as condições institucionais ou psicológicas (através de uma mudança nas expectativas dos empresários, fazendo uso dos instrumentos de política econômica, como política fiscal, monetária ou creditícia) favoráveis a uma retomada de investimentos por parte dos empresários, animando-os com novas perspectivas de lucratividade de seus negócios. Desta forma, Keynes legitimava a convicção de que o Estado deveria desempenhar um papel decisivo para promover políticas que conduzissem ao aumento de renda e do nível de emprego. Desta forma, os teóricos do desenvolvimento podiam contar com uma poderosa ferramenta ideológica para defender a necessidade de atuação dos Estados Nacionais na atividade econômica. Mais do que isso, os fatores históricos e as evidências empíricas confirmavam a pertinência do instrumental formulado por Keynes e depois seguido por diversos pensadores sociais, bem como – o que é mais importante – por formuladores de política econômica.

Keynes, assim como Marx, avaliava que o Capitalismo representa um regime de acumulação baseado em uma economia monetária da produção, no qual a moeda tem papel chave e mais complexo do que mero facilitador das transações. (DAVIDSON, G.; DAVIDSON, P, 1996) A instabilidade do capitalismo deriva, em poucas palavras, da incerteza dos empresários em relação à possibilidade de “realizar a produção” (conforme diria Marx), ou seja, da falta de certeza de que a produção de mercadorias, uma vez empreendida, poderia ser vendida e transformada em dinheiro, ou melhor, em mais dinheiro, ou seja, lucros, assim realimentando o processo de acumulação de capital. Keynes, assim como Marx, sabia compreender as contradições do capitalismo e sua tendência ao desequilíbrio e à instabilidade. Keynes, porém, ao contrário de Marx, era um reformador e assim sua obra serviu como importante referência para a elaboração de políticas econômicas tanto nos países subdesenvolvidos quanto também nos desenvolvidos.

⁸ Escrito ainda durante a plenitude da recessão deflagrada pela crise de 1929.

No caso dos primeiros, notadamente nos países que se situavam no que Pochmann (2001) e Chirot (1977) chamaram de “semiperiferia” do Capitalismo,⁹ as estratégias de desenvolvimento industrial, nos anos 50 e 60, tiveram apoio direto ou indireto em muitas das postulações presentes na obra de Keynes. Ou seja, a atuação dos Estados Nacionais foi decisiva para impulsionar o desenvolvimento industrial nesses países, quer seja por uma atuação direta (através de empresas estatais) na produção de insumos básicos e de bens de capital, ou então através da formulação de políticas econômicas devotadas a estimular a instalação e crescimento de novos setores industriais. Para tanto, políticas cambiais, creditícias e monetárias em favor dos investimentos produtivos e da industrial local (nacional) foram os instrumentos utilizados.

No caso dos países desenvolvidos, a atuação do Estado, nesse período, voltou-se à constituição dos Estados de Bem-Estar Social (Welfare State). A consolidação do Welfare State simboliza o que de mais próximo já se atingiu, historicamente, ao que está colocado na epígrafe mencionada na abertura deste ensaio. Mais do que construir sistemas públicos de saúde (MATTOS; SILVA, 2009) e educação de boa qualidade e - o que é fundamental destacar - universais (ou seja, acessíveis ao conjunto da população) (ACOCELLA, 1999), o Welfare State criava mecanismos de transferência de renda devotados à redução da pobreza e ao socorro aos desempregados, vítimas das oscilações da atividade econômica.

A expansão e consolidação dos sistemas de proteção social, no âmbito do Welfare State, foram funcionais para a própria acumulação de capital, reduzindo diferenças sociais e permitindo que os trabalhadores fossem também consumidores de bens e serviços de graus crescentes de sofisticação. Para tanto, a ação do Estado definiu um padrão de regulação das relações sociais e de trabalho que deixava de lado a ideia antecessora de que o Estado deveria preocupar-se apenas com o amparo dos mais pobres, sem interferir no “livre funcionamento dos mercados”.

A abrangência do sistema de Welfare State e o conteúdo do contrato social construído nos Anos Dourados não se resumiram apenas aos Direitos Sociais conquistados e consolidados pela Legislação (Direito ao Trabalho, políticas de transferência de renda, medidas institucionais de combate à pobreza e à exclusão social etc.), mas também, às condições políticas que

⁹ Tratam-se de países subdesenvolvidos que receberam aportes de investimento direto estrangeiro significativos, bem como que aplicaram projetos nacionais de desenvolvimento industrial, conformando estruturas industriais relativamente complexas e abrangentes, como foram os casos, por exemplo, de países como Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul e, mais recente e exitosamente, a China e a Índia.

permitiram que o objetivo do pleno emprego pudesse ser atingido, promovendo um ciclo virtuoso entre investimentos públicos e investimentos privados. (KAPSTEIN, 1999; MATTOS, 2009b)

Naquele momento histórico, com aquela configuração política e sob o ambiente intelectual que o caracterizava, o Emprego foi colocado como primeiro e principal objetivo da política econômica (KAPSTEIN, 1999).

A partir do último quarto do século XX, porém, o Capitalismo passou por transformações que conduziram a uma ruptura do sistema financeiro internacional que havia sido erigido em Bretton Wood (1944) (BELLUZZO, 1995a, 1997). Essa ruptura determinou uma nova postura das autoridades econômicas dos países desenvolvidos em relação ao padrão de intervenção estatal que havia caracterizado o período logo após a II Guerra Mundial (KAPSTEIN, 1996; BAKER al., 1998), que, conforme mencionado acima, se convencionou chamar de Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*).

Reversão do Cenário do Capitalismo Regulado do Pós-Segunda Guerra, Ascensão do Neoliberalismo e Efeitos Sobre o Trabalho e o Emprego

Desde pelo menos meados dos anos 1970, instaurou-se um processo de relativo desmonte dos sistemas nacionais de Bem-Estar Social, consubstanciado na deterioração do gasto público (ampliação do peso dos gastos com juros no total dos gastos públicos - como decorrência justamente da instalação, na quase totalidade dos países, de políticas econômicas de corte liberal-conservador - e redução da participação relativa dos gastos de perfil social no conjunto dos gastos públicos) (GRAY, 1999; KAPSTEIN, 1999; MATTOS, 2009b), no maior rigor das regras de acesso ao seguro-desemprego, com conseqüente redução dos gastos com esse tipo de transferência na maioria dos países e, também, um ataque (bem sucedido, do ponto de vista da contrarrevolução liberal-conservadora) aos Direitos Trabalhistas e Sociais. (MATTOS, 2008)

A partir de meados dos anos 70, as contradições da ordem financeira internacional e a maneira pela qual os executores de política econômica reagiram a elas acabaram provocando uma retomada dos níveis de desemprego (Tabela 2) e também deflagrando uma série de outras situações de deterioração dos mercados de trabalho dos países desenvolvidos. Desde então, a ação estatal, em termos de formulação de política econômica, destinou-se, primordialmente, a manter e/ou ampliar o poder e o espaço de acumulação do capital financeiro/rentista, consolidando, assim, medi-

das de desregulamentação não apenas dos próprios mercados financeiros nacionais, como também dos mercados de produtos, de serviços e, em especial, dos respectivos mercados de trabalho nacionais, promovendo uma crescente mercadorização¹⁰ da mão de obra nas últimas décadas e, portanto, uma degradação do Trabalho em suas mais diversas dimensões.

Tabela 2 - Taxa de desemprego (em %) da PEA(*),1974/1998

Taxa de desemprego						
Anos	EUA	Com. Europ.	França	Alemanha	Itália	Espanha
1974	5.6	2.7	2.8	2.1	3.9	3.0
1980	7.0	6.4	6.2	3.2	5.6	11.0
1985	7.1	9.9	10.1	7.2	8.5	21.6
1990	5.6	7.7	8.9	4.8	9.1	16.2
1998	4.6	10.0	11.7	9.4	12.2	18.8

Fonte: OECD Economic Outlook, in OECD Statistical. Compendium (1991/1).

(*) PEA: População Economicamente Ativa (na OCDE: "labour force"); PIA: População em Idade Ativa (15 a 64 anos).

A mudança política e ideológica foi marcada pelas eleições de Thatcher e Reagan, em 1979 e 1980, respectivamente, que deu início a uma contrarrevolução conservadora que teve nos mercados de trabalho efeitos bastante evidentes, gerando o que Mattoso (1995) chamou de "insegurança no mercado de trabalho", e que não se atém apenas ao aumento da taxa de desemprego, conforme ilustrado acima, mas também a uma série de situações de precariedade nos mercados de trabalho, como o aumento da parcela de ocupações em tempo-parcial e de trabalhos temporários (regidos por contratos de duração determinada) – situações lesivas aos trabalhadores e que, invariavelmente, vinham acompanhadas também de insegurança de renda, ou seja, queda dos salários reais, intermitência dos ganhos e deterioração do perfil distributivo.

A maioria dos países desenvolvidos, a partir dos anos 1980, apresentou um crescimento econômico (e, também, da geração de empregos) menor do que havia sido observado durante os chamados Anos Dourados do Capitalismo. (HOBBSAWM, 1995, 1999; MATTOS, 2009b; MATTOSO, 1995; POCHMANN, 2001) O triunfo do neoliberalismo representou um cenário de ataques às conquistas sociais que haviam tido abrangência suficiente para a consolidação dos Estados de Bem-Estar Social. Desta forma, a

¹⁰ Standing (1999).

ampliação da precariedade dos vínculos empregatícios dominaria a cena ao longo de todo o restante do século XX, conforme demonstram os dados da Tabela 3 (que também revela a reversão do processo de assalariamento que ocorrera nos Anos Dourados, conforme mostraram os dados da Tabela 1).

Tabela 3 - Emprego atípico EUA e Europa, 1973-2000.

Países	Emprego tempo parcial em % da ocupação total					Emprego temporário		Emprego não-assalariado fora da agricultura	
	1973	1979	1990	1998	2000	Percentual do emprego assalariado total		Parcela na ocupação total	
	1973	1979	1990	1998	2000	1983	1993	1973	1993
EUA	15.6	16.4	13.8	13.4	12.8	n.d.	n.d.	6,7	7,7
Alemanha(*)	10.1	11.4	13.4	16.6	17.6	9.9	10.2	9,1	7,9
França	5.9	8.1	12.2	14.8	14.2	3.3	10.0	11,4	8,8
Itália	6.4	5.3	8.8	11.2	12.2	6.6	5.8	23,1	24,2
Reino Unido	16.0	16.4	20.1	23.0	23.0	5.5	5.7	7,3	11,9
Un. Europeia (**)	n.d.	13.0	13.3	15.9	16.3	8.4	11.0	n.d.	n.d.

Fonte: BIT (1996), pág. 26 (dados selecionados). Dados: OCDE.

(*) ano 2000 inclui dados da antiga Alemanha Oriental; nos demais anos, não.

(**) trata-se da Europa dos 15; os dados referem-se a 1985 e 1994 e estão em "L'emploi en Europe"(1999).

(***) dados de 1993 incluem dados da antiga Alemanha Oriental; dos demais anos, não.

A contrarrevolução neoliberal inaugura uma fase em que a acumulação de capital encontra em sua esfera financeira não apenas uma forma predominante em termos de participação relativa (comparada à acumulação do capital na esfera produtiva) (CHESNAIS, 1996), mas que também delimita e define parâmetros, gerando condicionantes para os investimentos produtivos. Conforme lembra Belluzzo (1999), a decisão de investir na produção – sob o capitalismo sem peias, ou seja, da finança desregulamentada – encontrava-se constantemente cotejado pela alternativa de se obter ganhos rápidos e muitas vezes extraordinários na esfera de valorização financeira, na ampla gama de opções de aplicação de capital que os mercados financeiros ofereciam, antes da crise do subprime, e ainda o fazem, na situação em que atualmente¹¹ o mesmo ainda se encontra. Dessa forma, as decisões de ampliar a capacidade de produção, através da compra de máquinas e equipamentos (em uma

¹¹ Novembro de 2012.

palavra: investimento PRODUTIVO) enfrentava sempre a “rivalidade” das formas de valorização do capital na esfera financeira, ou seja, no D-D’, na notação esquemática de Marx. Assim, o horizonte do cálculo do capitalista, quando deseja fazer investimentos produtivos, coloca(va)-se cada vez mais no curto prazo, o que tende a desestimular a aplicação produtiva de capital. (BELLUZZO, 1995a; 1995b; 1997; CHESNAIS, 1996) Não foi por outro motivo que, a partir dos anos 1980, e com mais intensidade ainda no final do século passado e início do atual (pelo menos enquanto não se evidenciara a quebra do Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008, provocando a crise sistêmica ainda hoje¹² em digestão), os empresários que desejassem ampliar a capacidade produtiva de suas fábricas foram compelidos, pelas circunstâncias da concorrência intercapitalista, a recorrerem muito mais aos negócios envolvendo fusões e aquisições de empresas já existentes do que a novos investimentos produtivos¹³, voltados à criação de nova capacidade produtiva, pois, neste último caso, seria necessário fazer uso de recursos retirados de aplicações no “papelório” do mercado financeiro e sua plêiade de alternativas especulativas em princípio mais rentáveis. (BELLUZZO, 1999)

Esse cenário econômico-financeiro e ideológico foi acompanhado por múltiplas formas de degradação do Trabalho, que resultaram em queda de participação da renda do trabalho na renda total de diversos países, conforme revelam os dados da Tabela 4 para alguns deles que foram selecionados. Essa situação persistiu ainda nos anos recentes, imediatamente antes da crise do subprime, deflagrada em 2008 nos EUA e que deixou efeitos de contágio que ainda afetam o comportamento da economia europeia.

Tabela 4 - Participação da renda do trabalho na renda total (em %), por países selecionados.

	1960	1975	1985	2007
Dinamarca	56,0	62,4	59,6	56,6
França	62,2	65,7	63,9	56,3
Alemanha	59,9	65,4	61,6	54,1
Itália	66,6	69,9	64,8	54,4
Japão	73,2	76,5	68,0	56,6
Reino Unido	64,2	71,9	64,7	61,4
EUA	64,8	63,4	63,0	60,7

Fonte: AMECO Database. Elaboração própria.

¹² 12 Novembro de 2012.

¹³ Cujos retornos tendem a ter um horizonte temporal mais longo e remuneração menos certa se comparados aos retornos dos recursos aplicados nos mercados financeiros (pelo menos até que eclodisse a crise que promoveu a queda do Muro de Wall Street – em 15 de setembro de 2008).

Ainda no que diz respeito ao mercado de trabalho, a crise atual se desdobra em novos surtos de aumentos da taxa de desemprego, conforme mostram os dados da Tabela 5, na qual é possível constatar, em primeiro lugar, um “salto” nas respectivas taxas nacionais de desemprego entre 2007 e 2009, e também, uma nova ascensão entre o segundo trimestre de 2011 e o de 2012, revertendo um breve declínio ocorrido ao longo do ano de 2010 em alguns países e que pareciam revelar uma “solução” para a crise de 2008.

Os dados mais recentes de taxa de desemprego revelam, portanto, que os efeitos da crise ainda persistem notadamente nos países europeus. Deve-se sublinhar também o fato de que, em muitos países – e este é certamente o caso dos Estados Unidos -, a taxa de desemprego somente não cresceu mais porque houve um movimento de saída de pessoas do mercado de trabalho, motivadas por desalento diante de um cenário econômico avaliado como persistentemente adverso. Esse movimento de redução da chamada taxa de participação no mercado de trabalho impediu que as respectivas taxas de desemprego apresentassem resultados ainda piores nos trimestres mais recentes.

Tabela 5 - Taxa de desemprego padronizada (em % da PEA), por países selecionados

	2003	2005	2007	2008	2009	2010 (*)	2010 Q2	2011 Q2	2012 Q2
França	8,9	9,3	8,4	7,8	9,5	9,7	9,7	9,6	10,0
Alemanha	9,8	11,3	8,7	7,5	7,8	7,1	7,2	6,0	5,5
Grécia	9,7	9,9	8,3	7,7	9,5	12,6	12,1	16,7	23,5
Itália	8,4	7,7	6,1	6,7	7,8	8,4	8,6	8,0	10,6
Portugal	6,4	7,7	8,1	7,7	9,6	11,0	12,0	12,5	15,5
Espanha	11,4	9,2	8,3	11,3	18,8	20,1	20,1	20,9	24,6
Reino Unido	5,0	4,8	5,3	5,7	7,6	7,8	7,8	7,9	7,9
EUA	6,0	5,1	4,6	5,8	9,3	9,6	9,6	9,2	9,0
Euro Area	9,0	9,2	7,6	7,6	9,6	10,1	10,2	9,9	11,3
União Europeia	9,1	9,0	7,2	7,1	9,0	9,7	9,7	9,5	10,4

Fonte: OIT. Elaboração própria.

(*) média anual.

A Tabela 6 revela outra faceta da deterioração recente do mercado de trabalho em países selecionados, ampliando as fragilidades que foram observadas ao longo das últimas décadas do século passado, conforme

mostraram as tabelas anteriores. Os dados da Tabela 6, além de exibirem um movimento geral de ampliação de formas precárias de trabalho (através dos dados consagrados pela série histórica da OECD – trabalho temporário e trabalho em tempo-parcial em proporção do total de ocupados), mostram que também tem se ampliado o percentual de pessoas que trabalham em jornada de tempo parcial por motivos alheios à sua vontade entre todos aqueles que trabalham com jornada reduzida, tendo sido claro o movimento ascensional desta forma de trabalho após a deflagração da crise ainda vigente – especialmente nos países da periferia europeia, ou seja, aqueles mais atingidos pela crise e seus desdobramentos.¹⁴

Tabela 6 - Indicadores de trabalho atípico.

Região e países selecionados	Trabalho temporário em relação ao total de empregados (*)						
	2004	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Un. Europeia	13,5	15,1	14,6	14,1	13,6	13,9	14,0
Zona do Euro	15,3	17,0	16,9	16,5	15,4	15,7	15,8
Itália	11,9	13,1	13,2	13,3	12,5	12,8	13,4
França	12,8	14,8	15,0	14,8	14,3	14,9	15,2
Reino Unido	5,6	5,7	5,7	5,3	5,5	6,0	6,0
Alemanha	12,5	14,6	14,7	14,8	14,6	14,7	14,8
Grécia	12,4	10,7	10,9	11,5	12,1	12,4	11,6
Portugal	19,9	20,6	22,4	22,9	22,0	23,0	22,2
Espanha	32,1	34,1	31,7	29,3	25,5	25,0	25,4
	Trabalho parcial em relação ao total de empregados (*)						
Un. Europeia	19,0	18,2	17,6	17,6	18,1	18,6	18,8
Zona do Euro	17,5	19,1	19,2	19,3	19,5	19,9	20,3
Itália	12,4	13,1	13,4	14,1	14,1	14,8	15,2
França	16,5	17,1	17,2	16,8	17,2	17,6	17,6
Reino Unido	25,1	24,3	24,2	24,2	25,0	25,7	25,5
Alemanha	21,9	25,2	25,4	25,1	25,3	25,5	25,7

¹⁴ É interessante verificar, por exemplo, que o mercado de trabalho do Reino Unido – embora este país não esteja, aparentemente, entre aqueles que mais têm sofrido com a crise - também registra sintomas de deterioração, não explicitada quando se analisam apenas os dados da parte de cima e da parte intermediária da tabela. Embora o peso relativo da ocupação em tempo parcial em relação ao conjunto dos ocupados tenha se alterado pouco, tomando-se uma comparação entre 2004 e 2011, foi possível constatar, no terço inferior da tabela, que aumentou significativamente a parcela dos que, trabalhando em jornada reduzida, fizeram-no involuntariamente (7,8% em 2004, contra 18,8% em 2011).

Grécia	4,5	5,5	5,4	5,4	5,8	6,2	6,6
Portugal	8,1	8,1	8,8	8,6	8,4	8,4	10,1
Espanha	8,8	11,8	11,6	11,8	12,6	13,1	13,7
	Trabalho parcial involuntário em relação ao trabalho parcial total (*)						
Un. Europeia	17,7	21,8	22,4	25,3	25,3	26,7	26,1
Zona do Euro	20,7	24,7	24,4	25,1	26,2	27,5	27,2
Itália	36,0	37,9	39,5	41,5	46,6	50,4	54,5
França	29,8	30,8	31,5	32,0	30,8	31,8	30,8
Reino Unido	7,8	9,5	10,6	nd	14,8	16,2	18,8
Alemanha	17,8	23,1	22,6	23,0	22,1	21,9	17,0
Grécia	53,2	46,2	45,2	44,1	49,8	54,7	60,5
Portugal	30,0	34,9	38,9	40,8	38,1	43,0	45,8
Espanha	20,5	33,2	32,5	35,4	43,6	49,3	55,5

Fonte: EUROSTAT; adaptado de Sabadini e Avanci (2012).

(*) tomando-se emprego entre 15 e 64 anos, dados em termos percentuais.

As mudanças ocorridas na ordem econômico-financeira internacional é que condicionaram as alterações operadas pelas políticas macroeconômicas dos países desenvolvidos. Os aspectos econômico-financeiros, mas também, os político-institucionais e ideológicos delimitados pela ordem mundial que emergiu da falência da ordem de Bretton Woods é que explicam os resultados observados no Mundo do Trabalho aqui mencionado. O discurso neoliberal e seu “pacote” de valores éticos (por assim dizer) se encarregaram, porém, de encontrar outras explicações, todas voltadas, no limite, a culpabilizar os próprios indivíduos pelos seus infortúnios¹⁵. Até antes da eclosão da crise que ainda se encontra em curso, a degradação do chamado Mundo do Trabalho vinha sendo ainda maior nos países do Terceiro Mundo, conforme salientava Belluzzo (1995b). Porém, a crise atual se encarregou de introduzir, nos países desenvolvidos, características que até algum tempo atrás eram específicas de mercados de trabalho de

15 Belluzzo (1996) espeta essas questões de maneira arguta na seguinte passagem: “A argumentação liberal-conservadora sustenta que o aparecimento e crescimento destas formas espúrias de ocupação da força de trabalho devem ser creditados ao egoísmo e ao “corporativismo” dos que ainda se apegam à segurança e à garantia dos “velhos empregos”. Essa resistência às inevitáveis transformações tecnológicas e organizacionais acaba prejudicando a oferta de empregos, porque as empresas, diante da concorrência exacerbada, só podem responder ao desafio com o avanço da flexibilização, a eliminação da legislação que pretende regular as relações trabalhistas e a adoção generalizada da livre negociação. Este, aliás, é um velho truque retórico dos liberais: a responsabilidade pelas desgraças causadas pela economia de mercado é sempre das vítimas”. (p. 14)

países periféricos/subdesenvolvidos – com destaque especial para a rapidez com que tem se deteriorado seu perfil distributivo (ver dados da Tabela 4).

É claro que esta configuração do Capitalismo, ou seja, seu caráter de acumulação predominantemente financeira, não poderia ser perene, conforme a crise do subprime demonstrou aos ainda crentes e defensores da configuração desregulamentada do sistema financeiro internacional, conforme destacam Gontijo e Oliveira (2009).

Como sempre, a superação dessas mazelas dependeu e continuará a depender da nova regulação a ser definida pela atuação dos Estados Nacionais dos países líderes do cenário geopolítico internacional. É forçoso alertar que, ao contrário do que tentou fazer crer o discurso neoliberal, existe uma falsa disjuntiva entre Estados e Mercados (MATTOS, 2009a). A História ensinou, segundo lembra o eminente historiador econômico Fernand Braudel em sua obra intitulada “Civilização material, economia e capitalismo”, que o Estado e o Capital sempre foram inseparáveis. Ali, o historiador francês já destacava que a gênese do capitalismo somente foi possível através da ação dos Estados Nacionais e que os mesmos continuaram a ter papel fundamental na acumulação capitalista através dos séculos. Braudel, portanto, não se referia apenas ao processo de acumulação primitiva descrito por Marx n’O Capital.¹⁶

Dos ensinamentos de Braudel (2000) e de outros autores de truz, bem como da realidade revelada nas últimas décadas e, de forma mais dramática, especificamente daquela que se desenhou desde setembro de 2008, pode-se depreender que a ascensão sem limites do individualismo e a lógica do funcionamento dos chamados “mercados livres” a ele associado acabam se sobrepondo a todas as demais relações sociais e, portanto, impondo a mercantilização de todas as esferas da vida humana. O resultado desse processo é a insegurança social, o esmagamento contínuo dos “mais fracos” e a sensação de crise permanente.

Conclusões

O amplo espectro de mudanças ocorridas na gestão estatal do capitalismo que se consolida após a derrocada do instrumental que havia sido construído no pós-segunda guerra afetou os parâmetros de adoção das

16 Conforme a seguinte passagem: “A burguesia nascente precisava e empregava a força do Estado para “regular” o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência. Temos aí um fator fundamental da chamada acumulação primitiva”. (Marx, K. O Capital, cap. XXIV – A Chamada Acumulação Primitiva – livro 1, volume 2).

políticas econômicas nos países desenvolvidos. O neoliberalismo, que emerge com força desde meados dos anos 1970, e que passa a ser aplicado nos anos 1980, inicialmente nos países de tradição anglo-saxônica, para depois se espalhar por praticamente todo o mundo ocidental, revela certa “visão de mundo”, reforçada permanentemente pelas mídias globalizadas, elas também afetadas pelos generalizados processos de desregulamentação que permitiram que esses grupos econômicos fossem alvo de investimentos e interesses do poderio financeiro internacional nas últimas décadas. A concentração e centralização de capital também atingiram esses grupos, promovendo uma verdadeira “privatização” de um bem público fundamental, a informação, que também virou negócio a partir do momento em que, nos mais diversos países, as atividades dos conglomerados empresariais midiáticos puderam estar presentes, ao mesmo tempo, em diversas áreas da imprensa: escrita, televisada, na radiodifusão e, mais recentemente, pela internet.¹⁷

O neoliberalismo, assim, contando com forte presença de seus defensores na mídia, apropriou-se de certas palavras que, em alguns casos, eram “bandeiras” da contestação social, como, por exemplo, a palavra “reforma”, que, de uns tempos a esta parte, passou a representar medidas em favor da desregulamentação dos fluxos de capitais e também medidas de ataque aos Direitos Sociais e Trabalhistas. O conceito de Cidadania, por exemplo, foi praticamente abandonado no linguajar jornalístico e midiático, em favor do conceito de “consumidor”.

Desde a eclosão da crise do mercado de subprime americano até o momento (novembro de 2012), as medidas mais importantes tomadas para superar a crise deflagrada em setembro de 2008 restringiram-se aos “socorros” às instituições financeiras (e, depois, também às empresas do setor produtivo) feitas pelos mal-afamados (pelo pensamento liberal-conservador) Estados Nacionais (GONTIJO; OLIVEIRA, 2009), com o dinheiro dos pa-

17 Na maioria dos países desenvolvidos ocidentais, até pelo menos meados dos anos 1970, havia diversas restrições a que grupos de mídia atuassem ao mesmo tempo em diversos segmentos de geração de conteúdo informacional e de divulgação de dados. Uma das facetas do apogeu do neoliberalismo foi justamente remover, paulatinamente, essas restrições, permitindo, por exemplo, que grupos empresariais atuassem ao mesmo tempo na imprensa escrita, na televisada e na radiodifusão; e, mais tarde, evidentemente, nas TV a cabo e na geração de conteúdos pela internet. Existe uma caudalosa literatura que trata dos efeitos dos processos de desregulamentação das atividades midiáticas sobre a apropriação, geração e divulgação das informações – e de seus efeitos sobre a qualidade do debate social e econômico em particular. Um livro clássico que merece ser lido tem um título autoexplicativo: “Rich media, poor democracy – communication politics in dubious times”, de autoria de Robert W. McChesney (1999).

gadores de impostos.¹⁸Até o momento, não houve expressivas mudanças em termos de regulação da atividade econômica, em especial a financeira. (BASTOS; MATTOS, 2012)

No contexto econômico e ideológico das últimas três décadas, a geração de empregos deixou de ser o alvo central da elaboração da política econômica, tornando-se progressivamente uma “variável de ajuste” de medidas tomadas com outros fins. (MINSKY, 1994)

Os modelos econômicos vinculados ao pensamento hegemônico que se debruçaram a estudar os mecanismos de determinação do emprego jamais levam em conta um aspecto fundamental do Capitalismo, descrito – de formas e intenções diferentes – por autores como Marx e Keynes: sob o capitalismo, existem classes sociais e, entre essas, uma que se sobrepõe, em termos de poder, a todas as demais: trata-se dos detentores dos meios de produção, que podem (ou não, dependendo de diversos fatores) decidir empregar (colocar em uso) suas máquinas já instaladas e/ou comprar máquinas novas, assim – e somente assim – gerando demanda por força-de-trabalho, ou seja, aumentando o emprego da mão de obra.

Belluzzo (1995b), contextualizando essa realidade econômica e social, já alertava que, nos tempos de globalização financeira, a política econômica estava dominada pelos interesses da grande finança, e, portanto, cada vez mais apartada dos antigos (referia-se aos tempos do pós-guerra) objetivos de pleno emprego e bem-estar das pessoas. (BAKER et al., 1998)

Por fim, é importante frisar que, mais uma vez, o raio de manobra para que os diversos países possam adotar políticas econômicas mais focadas nos objetivos relacionados à ampliação do emprego e da melhoria das condições de trabalho dependerá da forma pela qual o sistema financeiro internacional vai ser reformatado.

Referência

ACOCELLA, N. (Org.). *Globalizzazione e Stato Sociale*. Bologna: Il Mulino, 1999.

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense. 1969.

18 Nada mais relacionado à realidade atual do que a confirmação do acerto do pensador marxista Paul Sweezy (1983), que sublinha, em “Teoria do Desenvolvimento Capitalista”, que “o Estado é o primeiro e mais destacado defensor da propriedade privada”. Sweezy postula que o Estado, sob o capitalismo, não foi mais do que um instrumento de poder das classes dominantes de cada momento histórico em favor da acumulação de capital.

- BAKER, D., EPSTEIN, G.; POLLIN, R. (Ed.) *Globalization and progressive economic policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BASTOS, C.P.; BRITTO, G.R. *Introdução*. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P.; (Org.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Centro Internacional Celso Furtado/Ed. Contraponto, 2010.
- BASTOS, C.P.; D'ÁVILA, J. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. *Revista Economia Contemporânea (UFRJ)*, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, maio./ago. 2009.
- BASTOS, C.P.; MATTOS, F.A.M. Crise da subprime nos Estados Unidos: a reação do setor público e o impacto sobre o emprego. *Revista Tempo no Mundo*. Brasília (DF): IPEA. (no prelo).
- BELLUZZO, L.G. M. Economia, Estado e democracia. *Lua Nova (CEDEC)*, São Paulo, n. 28-29, p. 201-208, 1993.
- _____. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, Campinas (SP), n. 4, p. 11-20, 1995a .
- _____. A Política da Globalização – os efeitos têm sido a decadência de regiões, mais desemprego e o aumento da desigualdade. *Folha de S. Paulo*, p. b2, 10 set .1995b.
- _____. Prefácio. In: OLIVEIRA, C.A.B.; MATTOSO, J. (Org.). *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.
- _____. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. (Org.). *Poder e Dinheiro. Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis (RJ): Vozes, p. 151-194, 1997.
- _____. Fim de Século. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, (Fundação SEADE), v. 12, n. 2, p. 21-26, 1998.
- _____. Finança global e ciclos de expansão. In: FIORI (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis (RJ):Vozes, p. 87-118, 1999.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV - XVIII*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHIROT, D. *Social Change in the Twentieth Century*. Harcourt Brace Jovanovich. New York, 1977.
- DAVIDSON, G.; DAVIDSON, P. *Economics for a Civilized Society*. London: Macmillan Press, 1996.
- De CECCO, M. La globalizzazione finanziaria: specialità e differenze storiche. In: PIZZUTI, F. R. (Org.). *Globalizzazione, Istituzioni e Coesione Sociale*. Catanzaro, Itália: Meridiana Libri, 1999.
- EVANS, R.J. *A chegada do Terceiro Reich*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.
- FILGUEIRAS, L. A crise mundial e o desenvolvimento brasileiro. In: *ECONOMISTAS. Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON*, v.3, n. 7; abr. 2012.
- FIORI, J.L. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997a

- FIORI, J.L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. (Org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.
- FIORI, J.L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- FURTADO, C. *Introdução ao Desenvolvimento – um enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GONTIJO, C. Why pigs can't fly. *Economistas. Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON*. Ano 3, n. 7, abr. 2012.
- GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F.A. *Subprime: os 100 dias eu abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil*. Belo Horizonte: CORECON – MG, 2009.
- GRAY, J. *Falso Amanhecer: os equívocos do capitalismo global*. São Paulo: Record, 1999.
- HELLEINER, E. *States and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990s*. Nova York: Cornell University Press, 1994.
- HOBBSWAM, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KAPSTEIN, E. *Governing the Global Economy: international finance and the state*. Harvard University Press, 1996.
- KAPSTEIN, E. *Governare la ricchezza: il lavoro nell'economia globale*. Roma: Carocci Editore, 1999.
- KEYNES, J.M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- LIMONCIC, F. *Os inventores do New Deal: estados e sindicatos no combate à Grande Depressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- LIMONCIC, F.; MURTINHO, F.C.P. (Org.). *A Grande Depressão: política e economia na década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MARX, K. *O Capital - crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MATTOSO, J. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- MATTOS, F.A.M. A crise financeira internacional de 2008/2009 e a derrocada dos mitos do neoliberalismo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)*, n. 25, dez. 2009a.
- _____. *Flexibilização do trabalho: sintomas da crise*. São Paulo: Annablume, 2009b.
- MATTOS, F.A.M. Ruptura do Estado de Bem Estar Social (WELFARE STATE) nos países europeus e lições para o Estado Social na América Latina. In: ENCONTRO DA ALACIP (ASSOCIAÇÃO LATINO - AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA), 4, San José: Costa Rica, 2008.
- MATTOS, F.A.M. (2012 a). Alemanha: causas da evolução do emprego público alemão desde a unificação de 1871 até os dias atuais. *Ensaio FEE*. (no prelo).

- MATTOS, F.A.M. (2012 b). Trajetória do Emprego Público nos Estados Unidos. Locus – *Revista de História*, UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora – MG). (no prelo).
- MAZZUCHELLI, F. *Os anos de chumbo: economia e política internacional no entre-guerras*. Campinas (SP): UNESP, 2009.
- Mc CHESNEY, R.W. *Rich media, poor democracy – communication politics in dubious times*. University of Illinois, 1999.
- MILEWSKY, F. Les marges de manoeuvre des politiques économiques. In: CORDELLIER, S.; DOUTAT, F. (Coord.). *Mondialisation: au-dela des mythes - Les Dossiers de l'état du monde*. Paris: La Découverte, 1997.
- MINSKY, H. Full employment and economic growth as an objective of economic policy: some thoughts on the limits of capitalism. In: DAVIDSON, P.; KREGEL, J.A. *Employment, Growth and Finance: economic reality and economic growth*. London: Edgar Elgar, 1994.
- POCHMANN, M. *O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e o s caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SABADINI, M.S.; AVANCI, V.L. Crise recente e mercado de trabalho nos países capitalistas desenvolvidos. In: TARGINO, I.; OLIVEIRA, R.V. (Org.). *Cenários da crise e do trabalho no Brasil*. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2012.
- SCHACHT, H. *Setenta e seis anos da minha vida*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- SILVA, L.M.O.; MATTOS, F.A.M. Welfare State e Emprego em saúde nos países avançados desde o pós-segunda guerra mundial. *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 3, p. 115, jul./set. 2009.
- STANDING, G. Flessibilità globale: integrazione economica o disintegrazione sociale? In: PIZZUTI, F.R. (Org.). *Globalizzazione, Istituzioni e Coesione Sociale*. Catanzaro: Meridiana Libri, 1999.
- SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.